

Portalegre

6/4/57

Meu caro Álvaro Ribeiro:

Você é o conceito bem
vivo consigo, e eu, com você, pouco.
Recebi as suas duas cartas, duas
boas e belas cartas a que pouco sei
responder: sobre as minhas coisas
literárias, disse que são como eu as
fostei fazer e Deus quer. Nunca
pude contrariá-las sem logo ter
o castigo no seu desmerecimento
profundo, mesmo que dilacerado
por habilidades de artífice. Portan-
to, o Espírito Santo as ilumina-
rá quando me iluminar a mim. Se
algum dia, como o Álvaro Ribeiro
diz, as chegar o mesmo Álvaro Ri-

José Régio

OBRA COMPLETA

CORRESPONDÊNCIA COM ÁLVARO RIBEIRO

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A definição dos limites dentro dos quais se há-de circunscrever a obra de um artista é problema em aberto, susceptível de várias respostas ao longo do tempo. Com efeito, nem ela surgiu do nada, nem vive e sobrevive sem o renovado alento dos que a fruem e lhe imprimem nova vida ao entrelaçá-la na sua própria existência. O caso dos espólios literários é apenas um aspecto particular da questão, pois a edição dos inéditos e da correspondência sem a expressa sanção dos autores envolve um risco só justificado pelo que possa trazer de acréscimo à compreensão da sua obra e ao enriquecimento da nossa cultura.

Apesar do escasso número das espécies conhecidas (que não deve estar longe do total das efectivamente trocadas), o epistolário trocado entre José Régio e Álvaro Ribeiro é altamente significativo por estar subscrito pelas duas personalidades centrais e porventura capitais da vida mental portuguesa no século XX. Com efeito, a literatura de José Régio, tanto pelo valor próprio, quanto pelas relações mantidas com antecedentes, contemporâneos e sucedâneos, representa como que o vértice para onde convergem as de Teixeira de Pascoaes e de Fernando Pessoa, tríade que domina toda a centúria. Enquanto na filosofia de Álvaro Ribeiro — por ele mesmo nunca identificada à filosofia portuguesa — o magistério de Leonardo Coimbra e a tradição provinda de Bruno confluem numa sistematização que continua a servir de referência a mais de uma geração de discípulos.

As diferenças de idade, de carácter e de formação, se apareceram por vezes mais vincadas do que as afinidades e as convergências, não foi senão por que cada um assumiu o seu destino e a sua liberdade com uma coragem, uma ousadia e uma confiança por demais raras. O certo é que, desde a juventude de Álvaro até à derradeira fase de Régio, se manteve entre eles um diálogo, ora implícito, ora explícito, que ficou selado com a publicação de A Literatura de José Régio. Sendo evidente, em especial a partir do conhecimento desta correspondência, quanto o filósofo — como que em contrapartida dessa sua tentativa de elucidação — fiava do poeta o superior esclarecimento da sua própria visão.

A noção do vínculo que unia os dois percursos era de tal ordem que, ao anunciar o que considerava o seu «último livro de filosofia», Álvaro Ribeiro chegou a declarar ao amigo: «Escrevi A Razão Animada a seu favor.» Mais do que uma forma simpática de concitar a benevolência do especial leitor a quem se dirigia, tal passo há-de inserir-se no contexto do apelo para que «anunciasse os novos tempos, enfim, o Reino do Espírito Santo, que é o verdadeiro Reino de Deus». Ao sublinhar «quanto diz de sobrenatural» a sua poesia, atribui-lhe mesmo uma função religiosa, a cumprir designadamente sob a forma do anunciado «Quinto Evangelho, o Evangelho do Quinto Elemento, ou o Evangelho das Quinas».

Estamos muito afastados do conceito de literatura corrente nos meios intelectuais dominantes, cuja ostensiva profanidade era estranha a ambos. Caducadas as circunstâncias em que foram proferidas certas teses, justo será reconhecer que a defesa da autonomia artística, uma das bandeiras do presencismo, a entendia José Régio não tanto na perspectiva do puro esteticismo como sobretudo da salvaguarda da autenticidade da criação poética, que recusava ver colocada ao serviço de fins subalternos. Não que a filosofia, a religião e mesmo a política fossem, a seu ver, indignas da atenção do artista, mas porque a relação com esses domínios a queria estribada em mais alta garantia que a dos interesses meramente humanos, se é que não desumanos, a que tantas vezes se subordinam.

Abundam os textos — mais ostensivos os de cariz pessoal ou particular, mais discretos os destinados à imprensa — onde José Régio se

manifesta convicto de que o poeta autêntico obedece a uma moção superior, de carácter sobrenatural e sobre-humano, à qual lhe cumprir ser tanto quanto possível fiel. Impressiona, com efeito, o modo como reage perante os que julgam poder ele fazer o que quer, isto é, submeter-se a um programa preestabelecido, seja ele pessoal, de grupo ou escola. Nessa concepção da autenticidade vê mesmo a condição para assegurar o valor perene, universal ou internacional (como hesita em dizer) da criação artística.

A singularidade desta atitude seria um dos motivos da incompreensão que o afligia, tal a documentada na carta de António Sérgio em tempos publicada por Adalberto de Azevedo, que o consultara acerca duma passagem do prefácio à reedição dos Poemas de Deus e do Diabo. «Considero ambíguo (e por isso de má prosa)» — retorque-lhe o ensaísta — «o passo dele que me cita: ‘Inútil discutir com o génio de um artista que assume carácter de fatalidade.’ Na sua transcrição não encontro vírgula depois da palavra artista. Com tal vírgula, a frase seria para mim inquestionavelmente de rejeitar; sem vírgula, não. Com vírgula, a proposição significaria para mim: o génio de todos os artistas tem carácter de fatalidade (inconsciência, falta de crítica, etc.) e por isso é inútil discutir com todo e qualquer artista; sem vírgula, a proposição significa para mim: há certos — alguns — artistas cujo génio assume carácter de fatalidade, e com esses é evidentemente inútil discutir.»

A passagem em causa — como ele saberia, não obstante afectar desconheçê-la, como quem julga em abstracto — tem, de facto, vírgula, por certo colocada com perfeita consciência do que tal redacção implicava. A notável argúcia de Sérgio, porém, limitada por um racionalismo por demais restritivo, não só punha embargos à incoercível inspiração, como até se propunha discutir com o poeta; se ele se dispusesse, é claro, a dirimir a questão no tribunal da razão argumentativa, dialéctica ou polémica. Ora, o valor poético de uma criação é de natureza distinta do seu significado discursivo e a poesia não pode identificar-se à arte de versejar, pelo que, se admite e até solicita a exegese e a hermenêutica, é por isso mesmo: porque envolve algo de misterioso.

Assim se compreende que Álvaro Ribeiro, de par com os ensinamentos recebidos do amigo — mais velho e mais adiantado em leituras

quando o conheceu, sempre analítico e reflexivo na abundantíssima produção ensaística que publicou —, encareça o que há de profético na obra régia. Profetizar, proclamar ou anunciar em altas vozes uma mensagem nova, é diferente de vaticinar este ou aquele acontecimento futuro contingente, como amiúde se tenta por via das artes divinatórias, já condenadas no Antigo Testamento. O que distingue o poeta superior, genial, ou assistido por um génio (como o filósofo explicita), reside nessa faculdade rara de dar voz a quem o assiste, desafiando a nossa inteligência a decifrar o enigma proposto.

Nem foi outra a doutrina exposta por Bruno, ao asseverar que a evolução humana carece de um estímulo que ultrapassa os limites da razão raciocinante, se bem que não seja, porque não pode ser, contrário à razão, tomada em seu compreensivo conceito. Entre o dom profético do poeta e a inteligência do filósofo, porém, medeia como que um abismo, sobre o qual nem sempre se logra lançar a ponte de um perfeito entendimento. Não basta para isso a mútua amizade e compreensão, até porque ninguém ignora como tradicionalmente os génios, os espíritos e os anjos são diversamente qualificados pela agência do bem ou do mal que se lhes atribui.

Daí, creio, as hesitações e cautelas manifestadas pelo autor de A Literatura de José Régio que, advertido por alguns antecedentes, temia que o seu propósito de exaltar a obra do autor da «Sarça ardente» pudesse ser frustrado por motivos ou movimentos adversos. Que o poeta bem compreendeu essa preocupação resulta claro da maior parte das cartas, onde reitera ao amigo a confiança de que ele necessitaria para enfrentar as sucessivas adversidades. O certo é que só quando José Régio finava os seus dias, em Vila do Conde, ficou pronto para vir a lume, em Lisboa, o livro que deveria ligar de uma vez por todas as duas obras.

Importa neste ponto assinalar que, não obstante o reconhecimento dos seus méritos por muitos contemporâneos ilustres, tanto José Régio como Álvaro Ribeiro foram objecto de persistentes actos de hostilidade a que poucos saberiam resistir. Que tal atitude não resultava de razões circunstanciais pode concluir-se da evidência de que, muito depois do seu desaparecimento, ambos continuam a não merecer o justo reconhecimento por parte dos meios intelectuais e académicos influentes na

opinião pública. O que na altura fora denunciado como o positivismo de que tem enfermado a vida mental portuguesa, poder-se-ia hoje caracterizar como o humanismo estreme ou o pragmatismo céptico, que é como quem diz, a recusa da verdade de que há mais mundos...



Seja-me lícito introduzir uma nota pessoal, de distante leitor e constante admirador dos dois escritores, para lembrar a emoção com que li pela primeira vez os documentos da correspondência epistolar, que me revelavam aspectos até então desconhecidos. Fiquei a dever ao Sr. Dr. João Reis Pereira, o irmão mais novo do poeta, as horas inesquecíveis vividas no antigo solar onde estava instalada a Biblioteca Municipal de Vila do Conde, a Casa de São Sebastião, hoje restaurada para outros fins culturais. Com uma cortesia sem afectação, não só me facultou o acesso ao rico espólio de José Régio, cuidadosamente preservado e classificado, como teve a atenção de me dar o seu testemunho acerca do poeta e do apreço em que tinha aquele seu amigo.

Pouco se tem atentado no paralelo entre os dois autores, cuja influência na vida mental portuguesa foi tão poderosa quanto foi discreto o seu relevo institucional e social. Ambos asseguraram como funcionários públicos o tributo exigido pela sociedade para viverem com suficiente dignidade, mas não viram devidamente reconhecido pelas instituições públicas o terem, cada um no seu âmbito próprio, imprimido novo rumo à cultura artística, literária e filosófica, privilegiando os nossos valores espirituais, a cujo culto dedicaram o melhor dos seus dons. Figuras cimeiras dos dois movimentos de efeitos porventura mais amplos no século XX, desenvolveram ambos uma obra e uma actividade cultural cuja intensidade causa espanto, à margem, nas horas vagas e apesar das exigências profissionais do ensino liceal, num caso, e da burocracia administrativa, no outro.

Não surpreendem por isso as vicissitudes por que teve de passar o livro que constitui o motivo próximo da maior parte das cartas agora publicadas, atestando os obstáculos de toda a ordem que foi necessário vencer para que viesse a lume. Nem há que estranhar, em face dessas

e muitas outras dificuldades, que alguma amargura se insinuasse por vezes no trato de homens cujo perfil não tem medida comum ao da maioria, seja ela de que ordem for. Antes pelo contrário, há-de louvar-se a admirável elevação mantida num conjunto de missivas que, desde o conteúdo, à forma literária e à caligrafia, nunca descambam na vulgaridade, mas testemunham uma consideração que as compreensíveis divergências não afectam.



As peças que complementam a colectânea, umas inéditas outras dispersas em publicações periódicas, visam ajudar a reconstituir o diálogo entre os dois amigos, bem presente nos livros do filósofo, mas não nos do poeta. Álvaro Ribeiro, que lhe dedicara A Arte de Filosofar e no ensaio introdutório dos Escritores Doutrinados aventara para o poeta o estatuto de um super-Dante, dedica-lhe em A Literatura de José Régio o estudo que porventura mais alto coloca o significado de uma obra que, para além do valor literário, tem um alcance espiritual. É de registar o modo como José Régio, apesar das reservas que lhe pudessem merecer, encarece a originalidade das teses alvarinas e desafia os opositores a contraditá-las com argumentos teóricos, não de ordem pessoal, ao mesmo tempo que elogia as notáveis qualidades do escritor de ideias.

Tudo apontando, enfim, para o tema das relações entre a arte e o pensamento, que há por vezes a tendência para dissociar, como se tal fosse possível para além do mero momento analítico. Se a filosofia é concebida por Álvaro Ribeiro como arte e, especificadamente, como arte da palavra, também a criação literária vale pelo pensamento que nela flui e justifica o ensaísmo régio; tão importante que, em 1951, a abrir o primeiro volume da sua Obra Poética, editada por Alberto de Serpa, quis ele colocar, como átrio, o longo ensaio «Introdução a uma obra poética», que ocupa perto de metade do volume. Onde, por sinal, como destaca João Reis Pereira, exarou uma declaração que, no mínimo, nos dá que pensar: «Nos meus livros de poesia, já hoje pouco me agradam várias poesias completas, ou vários passos doutras.»

Debalde tentaríamos fixar, prender, imobilizar o espírito que animou as obras de José Régio e de Álvaro Ribeiro ou esquecer a complexa teia de relações em que elas surgiram, se desenvolveram e continuam a exercer a sua influência. Se esta colectânea desloca a perspectiva mais comum da abordagem da poesia de José Régio, apenas aponta porém numa direcção onde muito há ainda para esclarecer, mormente no que respeita ao diálogo com Leonardo Coimbra, António Sérgio e José Marinho. Só deste último, conservam-se no espólio do poeta cerca de centena e meia de peças de uma correspondência que muito importa conhecer, tanto mais que prossegue a edição dos escritos do filósofo da Teoria do Ser e da Verdade, a maior parte inéditos até agora.

O curso futuro da vida mental portuguesa algo depende do recurso a esse passado mais próximo, como ao mais remoto, cuja presença em vão se tentará exorcizar — a pátria é uma comunidade espiritual em constante movimento de actualização de uma promessa a cumprir. Por isso não são demais os esforços de quantos — pessoas singulares e instituições de cultura — se dedicam a conservar, a promover e a dar vida nova ao património cultural que é hoje o mais fiável penhor do nosso futuro colectivo. Por mim, sinceramente lhes agradeço quanto lhes ficou a dever este trabalho que, na sua modéstia, só vale pelo que corre para o movimento geral.

JOAQUIM DOMINGUES

ÍNDICE

Nota de apresentação, por JOAQUIM DOMINGUES	9
--	---

CARTAS

1 — Álvaro Ribeiro, Senhora da Hora, 10 de Outubro de 1928	19
2 — José Régio, Vila do Conde, Outubro de 1928	21
3 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 13 de Dezembro de 1933	23
4 — José Régio, Portalegre, 12 de Janeiro de 1934	24
5 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 10 de Abril de 1934	25
6 — José Régio, Coimbra, 16 de Abril de 1934	26
7 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 2 de Dezembro de 1937	27
8 — José Régio, Portalegre, 9 de Dezembro de 1937	28
9 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 17 de Dezembro de 1937	30
10 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 7 de Outubro de 1938	33
11 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 15 de Maio de 1942	34
12 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 22 de Outubro de 1944	35
13 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 19 de Janeiro de 1947	36
14 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 5 de Fevereiro de 1955	39
15 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 9 de Fevereiro de 1957	40
16 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1957	42
17 — José Régio, Portalegre, 6 de Abril de 1957	46
18 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 3 de Março de 1964	48

19 — José Régio, Portalegre, 5 de Março de 1964	50
20 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 15 de Abril de 1964	52
21 — José Régio, Portalegre, 20 de Abril de 1964	54
22 — José Régio, Portalegre, 22 de Abril de 1964	55
23 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 26 de Abril de 1964	57
24 — José Régio, Portalegre, 2 de Julho de 1964	58
25 — José Régio, Portalegre, 13 de Dezembro de 1964	59
26 — José Régio, Lisboa, 21 de Fevereiro de 1965	60
27 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 23 de Fevereiro de 1965	61
28 — José Régio, Portalegre, 30 de Março de 1965	62
29 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 6 de Julho de 1965	64
30 — José Régio, Portalegre, 12 de Julho de 1965	65
31 — José Régio, Portalegre, 3 de Dezembro de 1965	67
32 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 14 de Dezembro de 1965	68
33 — José Régio, Portalegre, 15 de Dezembro de 1965	71
34 — José Régio, Portalegre, 22 de Dezembro de 1965	73
35 — José Régio, Portalegre, 25 de Janeiro de 1966	75
36 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 7 de Fevereiro de 1966	76
37 — José Régio, Portalegre, 13 de Fevereiro de 1966	80
38 — José Régio, Portalegre, 7 de Março de 1966	83
39 — José Régio, Portalegre, 6 de Maio de 1966	84
40 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 10 de Maio de 1966	85
41 — José Régio, Portalegre, 15 de Maio de 1966	86
42 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 1 de Abril de 1968	88
43 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 29 de Junho de 1968	89
44 — José Régio, Vila do Conde, 4 de Julho de 1968	92
45 — José Régio, Vila do Conde, 2 de Setembro de 1968	95
46 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 28 de Setembro de 1968	96
47 — Álvaro Ribeiro, Lisboa, 12 de Dezembro de 1968	97
48 — José Régio, Vila do Conde, 14 de Dezembro de 1968	99

Marginália

I — [Carta de Álvaro Ribeiro para Adolfo Casais Monteiro]	103
II — Álvaro Ribeiro, [Poesia, mística e metafísica. Nota sobre a revista <i>Hermes</i>]	108
III — Álvaro Ribeiro, Depois da <i>Presença</i>	111
IV — José Régio, Problemas da crítica literária	114
V — José Régio, Cartas de vários sobrescritos — 27. A um estudante de filosofia sobre o público das nossas obras de pensamento	120

VI — José Régio, A existência de filosofias nacionais e a de uma filosofia portuguesa	124
VII — José Régio, Presença da <i>Presença</i>	128
VIII — José Régio, O fenómeno artístico	131
IX — Álvaro Ribeiro, A minha admiração por José Régio	134
X — Álvaro Ribeiro, Depoimento	137
XI — [Correspondência com D. Maria Júlia de Azevedo Lima]	138
XII — Dedicatórias em livros	149
<i>Anotações</i>	153
<i>Razão dos textos</i>	175